



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

Edição n.º 2230

Nesta Edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Demonstrativo de despesas.....4

Boletins de Pessoal.....5

Súmulas de contratos.....5

Avisos de licitações.....6

Editais.....6

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....7



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N.º 564/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Rodrigo Passinato, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Arroio Grande promoveu o arquivamento do IC n.º 00716.00017/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental decorrente de destruição de vegetação nativa, com uso de retroescavadeira, em área de preservação permanente, no Distrito de Pedreiras, no Município de Arroio Grande/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 565/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos dos RDs n.ºs 01413.02284/2017, 01413.02285/2017, 1413.02286/2017 e 01413.02288/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar supostas irregularidades no âmbito da Secretaria de Segurança Pública em licitações envolvendo a empresa D.T.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 566/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos da NF n.º 02360.000.036/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível conluio entre empregados de Empresa Pública de Transportes e Circulação e donos de depósitos de automóveis apreendidos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 567/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Taquari promoveu o arquivamento do IC n.º 00912.00008/2012, instaurado com o objetivo de apurar eventual prática de improbidade administrativa em razão de dano ao patrimônio público e afronta aos Princípios da Administração Pública.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 568/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, nos autos do RD n.º 01528.00014/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível irregularidade em execução de contrato de serviços de jardinagem, firmado pelo Poder Executivo do Município de Pinhal da Serra/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 569/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Miguel Ângelo de Medeiros, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Alvorada promoveu o arquivamento do IC n.º 00935.00024/2015, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na dispensa de licitação n.º 29/2013 e na execução do contrato administrativo n.º 93/2013, para contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação do pavilhão da central de triagem e do piso impermeabilizante no aterro sanitário em Alvorada/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 570/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial o Sr. Antonio Carlos Franco Alves, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 01128.00143/2013, instaurado com o objetivo de investigar a situação dos pacientes do Hospital N.S.C., em tratamento de hemodiálise.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 571/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs. Luiz Natal Angonezi Cogo e Oneron Pavão da Silva, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Santiago promoveu o arquivamento do IC n.º 01223.00001/2016, instaurado com o objetivo de investigar o transporte e recebimento de madeira nativa da espécie Aroeira, sem licença válida para todo o tempo da viagem e sem exigir a exibição de licença do vendedor.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 572/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os Srs. Antonio Cícero Ribeiro e Sucessão de Antonio Cícero Ribeiro, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Santiago promoveu o arquivamento do IC n.º 01223.00074/2006, instaurado com o



objetivo de apurar possível ocorrência de dano ambiental em razão do corte seletivo de árvores nativas, sem licença do órgão ambiental competente, em propriedade localizada no Rincão de São Pedro, interior do Município de Santiago/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 573/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, em especial os representantes legais da empresa “Yunlihong Brasil Indústria e Comercio de Veículos Automotores Ltda”, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Camaquã promoveu o arquivamento do IC n.º 00732.00031/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível prejuízo público e social decorrente dos custos e investimentos já realizados pelo Município por conta do compromisso inicial e da desistência posterior da investigada em instalar-se e construir fábrica em Camaquã/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 574/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal de Soturno promoveu o arquivamento do IC n.º 00772.00028/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível falta de segurança para moradores da Vila Falcão e Linha Dona Francisca, em Faxinal do Soturno/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 575/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento promoveu o arquivamento do IC n.º 01234.00040/2015, instaurado com o objetivo de apurar possível dano ambiental causado em face do não atendimento às normas ambientais por parte de estabelecimento comercial, situado na Rua Adolfo Luchese, n.º 110, Bairro Bela Vista, em Santana do Livramento/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 576/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, nos autos do RD n.º 00794.00124/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possível dispensa indevida de licitação na

contratação de empresas para realização do evento de inauguração da nova sede do CISA.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 577/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre, nos autos do RD n.º 01413.01840/2017, indeferiu a instauração de Inquérito Civil para apurar possíveis irregularidades ocorridas durante Teste de Aptidão Física dos concursos da S.S.P., em 2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 578/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça Regional de Passo Fundo promoveu o arquivamento do IC n.º 01136.00007/2017, instaurado com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no funcionamento da Escola de Educação Infantil C.da L., na cidade de Passo Fundo/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 579/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno promoveu o arquivamento do IC n.º 00772.00008/2014, instaurado com o objetivo de apurar possível cobrança de valores por serviços prestados por meio do Sistema Único de Saúde, junto ao Hospital N.S.P., em Nova Palma/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.

EDITAL N.º 580/2017 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados em geral, na forma do § 2.º do art. 16 do Provimento n.º 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre promoveu o arquivamento do IC n.º 01623.000.265/2016, instaurado com o objetivo de apurar possível violação ao art. 12 da Lei Complementar Estadual n.º 13.259/2009, bem como ao princípio da economicidade, na contratação de entidade privada com o fim de realizar concurso público para Agente Penitenciário e Agente Penitenciário Administrativo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de setembro de 2017.

JÚLIO CÉSAR DE MELO

Promotor de Justiça,
Chefe de Gabinete.



Diário eletrônico
Ministério Público
 Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2230

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017

RGF – ANEXO I (LRF, art.55, inciso I, alínea “a”)

R\$

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	793.689.437,30	226.906,56
Pessoal Ativo	649.200.042,94	226.906,56
Pessoal Inativo e Pensionistas	144.489.394,36	
Outras despesas de pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização(§1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	242.524.507,79	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	48.866.012,48	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	53.052.479,10	
Demais Exclusões	140.606.016,21	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	551.164.929,51	226.906,56
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)= (III a + III b)		551.391.836,07

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	34.870.614.793,25	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI)= (IV/V)*100	551.391.836,07	1,58%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2.00%	697.412.295,87	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 1.90%	662.641.681,07	1,90%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1.80%	627.671.066,28	1,80%

FONTE: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado – Sistema FPE

Notas:

- A Despesa Total com Pessoal ajustada corresponde a R\$542.107.355,44, deduzindo o montante de R\$9.284.480,63, referente à Revisão Anual Salarial dos Servidores (Lei nº 14.912/16), prevista no art. 37, inciso X, da CF, nos termos do Parecer Coletivo nº 03/2002 do TCE-RS, representando como **Limite Legal 1,55463 %** sobre a Receita Corrente Líquida;
- O artigo 169 da Constituição Federal não enquadra pensionistas como gastos de pessoal;
- Não está computado o IRRF, conforme Parecer Coletivo nº 2/2002 do TCE-RS;
- Não estão computados gastos com auxílio-refeição, auxílio-creche, auxílio-transporte, auxílio-funeral, bolsa de estudo, assistência médica e abono-permanência, conforme orientações contidas nas Informações n.ºs 43/2001 e 024/2004, aprovadas pelo Tribunal Pleno do TCE-RS em sessões de 08/05/2002 e 21/07/2004, respectivamente;
- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Desta forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processadas, consideradas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei nº 4.320/64.

FABIANO DALLAZEN

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES

ÁLVARO PANIZZA SALOMON ABI FAKREDIN

Procurador-Geral de Justiça

Diretor-Geral

Contador e Auditor-Geral do Estado



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2230

BOLETIM N.º 328/2017

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 22/09/2017, no Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça I, CC-06, CARINE PAULY BOSCHI, tendo entrado em exercício em 25/09/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO SGA N.º 01358.000.039/2017

CONTRATADA: INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL; **OBJETO:** Inscrição de dois servidores para participar do curso *Formação Para Auditores Internos – AUDI II com ênfase em Órgãos Públicos*, a ser realizado nos dias 20 a 24 de novembro de 2017, em Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 4.576,40; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 22 de setembro de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO SGA 00005.000.034/2017

CONTRATADA: CIA Jornalística JC Jarros LTDA.; **OBJETO:** renovação de uma assinatura anual do Jornal do Comércio para a Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre; **VALOR TOTAL:** R\$ 660,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 22 de setembro de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. BENHUR BIANCON JUNIOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO SGA 00005.000.035/2017

CONTRATADA: RBS – Zero Hora Editora Jornalística S.A.; **OBJETO:** renovação de uma assinatura anual do Jornal Diário de Santa Maria para a Promotoria de Justiça de Santa Maria; **VALOR TOTAL:** R\$ 709,40; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da

Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 22 de setembro de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. BENHUR BIANCON JUNIOR.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO N.º 01358.000.043/2017

CONTRATADA: COMITÊ NACIONAL DO CERIMONIAL PÚBLICO/CNCP-BRASIL; **OBJETO:** inscrição de uma servidora para participar do “XXII Congresso Nacional do Cerimonial Público” a ser realizado em Bonito/MS; **VALOR TOTAL:** R\$ 3.299,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/1993; **RATIFICAÇÃO** em 22 de setembro de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO N.º 01358.000.007/2017 COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS N.º 24/2017

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que decidiu, em caráter definitivo, aplicar à Pablo Rafael Brito de Vargas - MEI. a) multa compensatória, no valor de R\$ 272,40, com fundamento no subitem 8.1, *caput*, e alínea b, do Anexo Único da Lei Estadual n.º 13.179/09 na proporção de 10% sobre o valor do serviço, bem como no artigo 87, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93; b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de seis meses, com base no artigo 8º, inciso III, do Decreto Estadual n.º 42.250/03, que regulamenta a Lei Estadual n.º 11.389/09, alterado pelo Decreto Estadual n.º 45.680/08; bem como o cancelamento da nota de empenho, com fundamento no artigo 78, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93, afora artigo 9º e subitens 5.4 e 8.4 do Anexo Único da Lei Estadual n.º 13.179/09.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SANÇÃO ADMINISTRATIVA PROCESSO N.º 00677.000.010/2017 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2017

A Procuradoria-Geral de Justiça torna público, para os devidos fins, que **decidiu, em caráter definitivo** aplicar as seguintes penalidades à Comercial Di Bozzetto LTDA. - ME: a) multa compensatória, no valor de R\$ 1.150,00, correspondente a 10% sobre o valor total do contrato, com fulcro no artigo 87, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusula décima, item 10.2, letra b, do ajuste; b) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de quatro meses, ao amparo do art. 7º da Lei Federal



n.º 10.520/02, Lei Estadual n.º 13.191/09, art. 8.º, inciso I, do Decreto Estadual n.º 42.250/2003, bem como cláusula décima, item 10.4, do instrumento contratual, além de rescindir unilateralmente o Contrato – UAJ n.º 20/2017, com fulcro no artigo 78, inciso VI, e 79, inciso I, da Lei Federal 8.666/93 e cláusula décima primeira, item 11.2, do contrato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO N.º 00005.000.037.2017**

CONTRATADA: EDITORA FÓRUM LTDA; **OBJETO:** Renovação anual de assinatura da Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais (BID); **VALOR TOTAL:** R\$ 42.548,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 22 de setembro de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE
DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 01390.000.013/2017**

CONTRATADA: CORAG – COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS; **OBJETO:** impressão de material gráfico (folders adolescente x álcool); **VALOR TOTAL:** R\$ 1.140,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3934; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso VIII, da Lei Federal n.º 8.666/93;

RATIFICAÇÃO em 22 de setembro de 2017, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Benhur Biancon Junior.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

(1) Convite n.º 17/2017 (Processo SGA n.º 00677.000.240/2017) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos hidrossanitário e de prevenção contra incêndio (PPCI), para a sede do Ministério Público em Passo Fundo, na Rua Bororós, s/n.º, conforme especificações constantes do Anexo I do Convite. **Data e horário de abertura: 04/10/2017, às 10 horas.**

(2) Convite n.º 18/2017 (Processo SGA n.º 00677.000.261/2017) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para adequação da rede de esgoto cloacal, com

substituição dos sumidouros existentes por filtro de areia em concreto armado, conforme projetos hidrossanitário e estrutural, na área de estacionamento do prédio das Promotorias de Justiça de Viamão, situadas na Rua Bento Gonçalves, n.º 76, em Viamão, RS, conforme especificações constantes do Anexo I do Convite. **Data e horário de abertura: 16/10/2017, às 14 horas.**

(3) Convite n.º 19/2017 (Processo SGA n.º 00677.000.255/2017) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** Contratação de serviço de engenharia, com fornecimento de materiais, para adaptação do espaço locado para as Promotorias de Justiça de Gaurama, situadas na Rua Vereador José Armino Moron, n.º 270, em Gaurama/RS, conforme especificações constantes do Anexo I do Convite. **Data e horário de abertura: 04/10/2017, às 14 horas.** **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 18.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: <http://www.mprs.mp.br/licitacao/convite>. **Informações gerais:** e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

LUCIANO FERNANDES TEIXEIRA,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n.º 103/2017 (PROCESSO SGA n.º 00581.000.046/2017) **Tipo:** Menor Preço. **Objeto:** Registro de Preços de papel toalha interfolhado, válido por 12 meses, conforme especificações constantes do Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura das propostas: 10/10/2017, às 9 horas.** **Data e horário de início da disputa de preços: 10/10/2017, às 11 horas.** **Local:** www.pregaoanrisul.com.br. **Editais disponíveis na página:** http://www.mprs.mp.br/licitacao/pregao_eletronico.

Informações gerais: e-mail, licitacoes@mprs.mp.br. **Base legal:** Lei Estadual n.º 13.191/09, Lei n.º 10.520/02, LC n.º 123/06 e Lei n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de setembro de 2017.

MARLY DE BARROS MONTEIRO,
Pregoeira.

EDITAL N.º 188/2017

Resultado do Edital n.º 179/2017
REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO
(DEMP 14/09/2017)

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, BENHUR BIANCON JUNIOR, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00729/2017-0, encontra-se disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (http://intra.mp.rs.gov.br/site/editais_remocao/), o resultado da remoção referente ao Edital n.º 179/2017.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 32/2017

A COORDENADORA DO CAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DA ORDEM ECONÔMICA científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.284/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304/2016 no Decreto nº 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde nº 66/2017 e nº 146/2017. **INVESTIGADO(S):** Mercado Tibola. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01708.000.479/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Agudo. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Daniela Sudbrack Gaspar Raiser. **CLASSIFICAÇÃO:** Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Agudo. **OBJETO:** Irregularidades na comercialização dos produtos alimentícios, mormente falta de fiscalização de carnes, passível de causar intoxicação alimentar aos consumidores. **INVESTIGADO(S):** Darcila Kiefer Dickow. **LOCAL DO FATO:** Agudo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00723.00036/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Alécio Silveira Nogueira. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves. **OBJETO:** Apurar a comercialização de carne e outros alimentos impróprios para o consumo humano e/ou armazenados de forma inadequada em desatendimento às normas sanitárias. **INVESTIGADO(S):** WMS Supermercados do Brasil Ltda (Mercado Nacional - Bento Gonçalves). **LOCAL DO FATO:** Bento Gonçalves.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 00748.00121/2017. **Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul.** **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** Janaina de Carli dos Santos. **CLASSIFICAÇÃO:** 1ª Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul. **OBJETO:** Possível uso de dados pessoais de beneficiários da previdência para a oferta de crédito consignado. **INVESTIGADOS:** Visacred e Idealcred. **Local do Fato:** Caxias do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.288/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:**

Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304/2016 no Decreto nº 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde nº 66/2017 e nº 146/2017. **INVESTIGADO(S):** Supermercado Peretto Ltda. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.290/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304/2016 no Decreto nº 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde nº 66/2017 e nº 146/2017. **INVESTIGADO(S):** Clarice Vendruscolo Szoreck. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.283/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304/2016 no Decreto nº 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde nº 66/2017 e nº 146/2017. **INVESTIGADO(S):** Matheus F. Basso - ME. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.281/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304/2016 no Decreto nº 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde nº 66/2017 e nº 146/2017. **INVESTIGADO(S):** S. Silva & Filhos Ltda. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.282/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº 53.304/2016 no Decreto nº 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde nº 66/2017 e nº 146/2017. **INVESTIGADO(S):** Ieda T. Frozza - ME. **LOCAL DO FATO:** Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. Nº DO PROCEDIMENTO: 01690.000.368/2017. **PROMOTORIA DE JUSTIÇA:** Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL:** João Pedro Togni. **CLASSIFICAÇÃO:** 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. **OBJETO:** Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto nº



53.304/2016 no Decreto n.º 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde n.º 66/2017 e n.º 146/2017. INVESTIGADO(S): Aldair Fernando Mazutti - ME. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01690.000.367/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Pedro Togni. CLASSIFICAÇÃO: 2.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Frederico Westphalen. OBJETO: Fiscalizar as normas de segurança alimentar, especialmente no que tange às alterações realizadas pelo Decreto n.º 53.304/2016 no Decreto n.º 23.430/1974, assim como as determinações contidas nas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde n.º 66/2017 e n.º 146/2017. INVESTIGADO(S): Mercado Busatto Ltda - ME. LOCAL DO FATO: Frederico Westphalen.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01790.000.247/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: João Francisco Campello Dill. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos. OBJETO: Verificar possível abate de gado clandestino e/ou comércio de carne clandestina em Maximiliano de Almeida. INVESTIGADO(S): Celsoir Bortolossi, Alex Gambeta, Paulo Giovane Picoloto, Augusto Venâncio Pinto. LOCAL DO FATO: Maximiliano de Almeida/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01631.000.826/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: apurar produção e comercialização de vinho (Vinho Rosado de Mesa Seco - safra 2012) em desacordo com as normas regulamentares (presença de água exógena). INVESTIGADO(S): Vinícola Colombo Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01631.001.369/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Gustavo de Azevedo E Souza Munhoz. CLASSIFICAÇÃO: 4.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre. OBJETO: apurar suposta lesão (ou ameaça de) aos consumidores decorrente de contaminação verificada em fiambres fatiados em estabelecimento da empresa investigada (presença da bactéria *Listeria monocytogenes* em amostra de queijo fatiado), conforme resultado laboratorial encaminhado pela Vigilância de Alimentos de Porto Alegre/RS. INVESTIGADO(S): Cia Zaffari Comércio e Indústria. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00048/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possível prática de ato ilícito pela empresa Vitrotek a consistir na contratação e recebimento de pagamento pelo fornecimento de vidros e esquadrias metálicas com o sucessivo descumprimento de

prazo e com a não entrega das mercadorias. INVESTIGADO(S): Fagel Comercio de Vidros Ltda. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00930.00068/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Grehs Stifelman. CLASSIFICAÇÃO: 1.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Investigar dano à tutela coletiva dos consumidores com base no art. 18, parágrafo sexto, da Lei 8.078/90, decorrente da oferta de produto alimentício impróprio para consumo no estabelecimento denominado Mercado Tradição, situado na Rua Gustavo Albrecht, n.º 559, bairro Estalagem, em Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Mercado Tradição. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00046/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: apurar possível lesão aos interesses difusos por Luciano Elesbão e Claudemar Elesbão, decorrente da exploração do jogo ilegal. INVESTIGADOS(S): Claudemar Taveiro Elesbão e Luciano da Silva Elesbão. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de Setembro de 2017.

CAROLINE VAZ,

Coordenadora do CAO de Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM N.º 38/2017

O COORDENADOR DO CAO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE científica, na forma do § 2.º do artigo 7.º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01738.000.529/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Casca. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Damasio Sobiesiak. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Casca. OBJETO: Apurar incômodos causados pela realização do Carnaval de rua no bairro Bela Vista, no Município de Casca. INVESTIGADO(S): Município De Casca. LOCAL DO FATO: Casca/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00760.00040/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Eduardo Schröder Prediger. CLASSIFICAÇÃO: 1.º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Apurar a ocorrência de atividade potencialmente poluidora sem licença de operação. INVESTIGADO(S): Roque Afonso Pezzi. LOCAL DO FATO: Vespasiano Corrêa.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2230

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00760.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Encantado. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Eduardo Schröder Prediger. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Encantado. OBJETO: Apurar crime ambiental consistente no corte de vegetação nativa em área de preservação permanente. INVESTIGADO(S): Adriano Luiz Spagnol. LOCAL DO FATO: Relvado.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01766.000.407/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Gaurama. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Stela Bordin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Gaurama. OBJETO: Apurar eventual poluição de córrego, consistente no lançamento de resíduos líquidos e sólidos (lodos decorrentes do processo de tratamento de água realizados pela CORSAN). INVESTIGADO(S): COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN. LOCAL DO FATO: Município de Gaurama.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00780.000.078/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Cópia parcial do processo n.º 050/1.16.0002387-0, extraída para apuração da notícia de contaminação da água por chumbo em área pertencente ao Sindicato Rural de Getúlio Vargas/RS. INVESTIGADO(S): Nilmar Bieseki, Delamar Luiz Rigo, Sindicato Rural de Getúlio Vargas. LOCAL DO FATO: Getúlio Vargas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00783.00133/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Roberto José Taborda Masiero. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí. OBJETO: Apurar poço artesiano irregular em frente à casa da Rodovia RS 020, 9986, Loteamento Rural Palermo, em Gravataí. INVESTIGADO(S): Luis Fernando da Silva. LOCAL DO FATO: Gravataí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01782.000.046/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Ibirubá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Suzane Hellfeldt. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Ibirubá. OBJETO: Apurar o uso de água de poço sem a devida autorização do Departamento de Recursos Hídricos pelo investigado João de Campos, localizado na Rua Claudino Thiesen, n.º 580. INVESTIGADO(S): João de Campos. LOCAL DO FATO: Rua Claudino Thiesen, 580.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01700.000.076/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: Lâmpadas Fluorescentes - Pinhal Grande. INVESTIGADO(S): Município de Pinhal Grande. LOCAL DO FATO: Município de Pinhal Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01700.000.075/2017. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Theodoro Alexandre da Silva Silveira. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos. OBJETO: Lâmpadas Fluorescentes - Júlio de Castilhos. INVESTIGADO(S): Município de Júlio de Castilhos. LOCAL DO FATO: Município de Júlio de Castilhos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00814.00040/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar o possível funcionamento irregular de uma pet shop, com comercialização de animais, em uma residência localizada na Rua Marquês do Alegrete, n.º 712, Bairro Ideal, nesta cidade. Local: Rua Marquês do Alegrete, n.º 712, Bairro Ideal, Novo Hamburgo. Investigado: Patrícia Henn (CPF 610231590-15) INVESTIGADO(S): Patrícia Henn. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00814.00039/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animal da espécie canina em terreno localizado na Rua Anchieta, em frente ao n.º 75, Bairro São Jorge, nesta cidade. Local: Rua Anchieta, em frente ao n.º 75, Bairro São Jorge, Novo Hamburgo. Investigado: A apurar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00814.00051/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar os possíveis riscos gerados por uma árvore (Cinamomo) localizada na Rua Leonardo Alles, n.º 61, Bairro Primavera, nesta cidade, em razão de seus galhos e ramificações se espalharem por dentro das residências do entorno. Investigado: A apurar. Local: Rua Leonardo Alles, n.º 61, Bairro Primavera, Novo Hamburgo. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00814.00036/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar possíveis atos de abuso e maus-tratos contra animais da espécie canina na Rua Taquari, n.º 12, Bairro São José, nesta cidade. Local: Rua Taquari, n.º 12, Bairro São José, Novo Hamburgo. INVESTIGADO(S): Lizandra Diana dos Santos Souza. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00205/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Objeto: apurar dano ambiental decorrente de desmatamento em área de preservação permanente. Local: Pelotas. Investigado: João Hilário da Silveira.



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2230

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00824.00206/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Barbosa de Borba. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas. Objeto: apurar danos ambientais e à saúde pública em razão de abandono de imóvel. Local: Av. Presidente João Belchior Marques Goulart, nº 4185, Pelotas. Investigado: a definir. Demandante: Albio Luiz Vieira Carvalho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00833.00045/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Josiane Superti Brasil Camejo. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Averiguar a situação, em termos de bem estar, dos animais que se encontram abrigados com a Sra. Jussara Aparecida Bangel, residente na Rua Álvaro de Chaves, n.º 309, Apto. 01, Bairro Floresta, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Jussara Aparecida Bangel. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00833.00094/2011. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Josiane Superti Brasil Camejo. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Averiguar utilização de terreno/espço público no loteamento Santa Terezinha, implantado pelo DEMHAB/Município. Reclamante: Eloisa Peixoto. Investigado: Município de Porto Alegre (DEMHAB). INVESTIGADOS(S): DEMHAB - Departamento Municipal de Habitação e Município de Porto Alegre - DMLU. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01633.000.661/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Alexandre Sikinowski Saltz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Apurar os danos ambientais decorrentes da elevação da cota do terreno e da utilização de aterro de origem desconhecida pela Empresa Sultepa, na Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, Bairro Sarandi, nesta Capital. INVESTIGADO(S): Construtora Sultepa Ltda. LOCAL DO FATO: Rua Sérgio Jungblut Dieterich, nº 1200, Bairro Sarandi, nesta Capital.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00833.00047/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Annelise Monteiro Steigleder. CLASSIFICAÇÃO: 3º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre. OBJETO: Averiguar ocupação irregular em área destinada para implantação de Praça Pública, no entorno do Condomínio Rossi Parque Panamby, Bairro Jardim do Salso, nesta Capital. INVESTIGADOS(S): Alcea Empreendimentos Imobiliários Ltda, Município de Porto Alegre e Orquídea Incorporadora Ltda. LOCAL DO FATO: Porto Alegre.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00850.00005/2017. PROMOTORIA DE

JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Quaraí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Eduardo Gonçalves. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quaraí. OBJETO: Apurar a irregularidade da cobrança de taxa de tratamento de esgoto. Local: Município de Quaraí. Investigado: Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN. INVESTIGADO(S): Companhia Riograndense de Saneamento. LOCAL DO FATO: Quaraí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00852.00050/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: José Alexandre da Silva Zachia Alan. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande. OBJETO: Apurar possível atividade lesiva ao ambiente praticado pela empresa Areal Baronesa Extração e Comércio de Areia Ltda. a consistir na exploração de jazida de minério valendo-se de compartimentos com bacia de decantação com capacidade de suporte subdimensionadas e com as canaletas da pista de abastecimento obstruídas por areia, o que dificulta sua regular operação. INVESTIGADO(S): Areal Baronesa Extração e Comércio de Areia Ltda. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01870.000.198/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anahi Gracia de Barreto. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis. OBJETO: Investiga a realização de rodeio, sob responsabilidade do Sr. Iran Bueno Luiz, sem PPCI, Alvará de Licença e Localização e Funcionamento, sem médico Clínico Geral no local e sem seguro de acidentes pessoais e de invalidez permanente e temporária em favor das pessoas envolvidas diretamente com as provas campeiras (laçadores, juizes e narradores). INVESTIGADO(S): Iran Bueno Luiz. LOCAL DO FATO: São Francisco de Assis.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01583.000.095/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Apurar possível dano ambiental decorrente de criação de pássaros silvestres. INVESTIGADO(S): Paulo Sérgio Lima Martins. LOCAL DO FATO: São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01583.000.093/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Apurar possível dano ambiental decorrente de construção de barragem, sem licença ambiental, em APP. INVESTIGADO(S): Lúcio de Lemos. LOCAL DO FATO: Localidade do Beco da Tapera, Bujuru, interior de São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01583.000.071/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Possível dano ambiental decorrente do tráfico de animais silvestres na localidade de Bujuru. INVESTIGADO(S): Osmir



da Veiga, Diclei Amaral da Veiga. LOCAL DO FATO: Localidade de Bujuru, interior de São José do Norte.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01583.000.070/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São José do Norte. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Júlia Fresteiro Barbosa Lang. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São José do Norte. OBJETO: Possível dano ambiental decorrente de plantio de espécies exóticas invasoras, sem licença do órgão competente, tendo como autor Filian Participações e Empreendimentos Ltda. INVESTIGADO(S): Oscar Foerster, Filian Participações e Empreendimentos Ltda. LOCAL DO FATO: Localidade do Beco do Lagoão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00911.00057/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Taquara. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ximena Cardozo Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Taquara. OBJETO: Apurar possível dano ambiental decorrente de intervenção em área de preservação permanente (construção de galpão). INVESTIGADO(S): Anildo Antonio Dal Castel. LOCAL DO FATO: Riozinho/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00915.00044/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Tramandaí. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernando de Araujo Bittencourt. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Tramandaí. OBJETO: Ausência de demarcação das áreas de pesca e surf. INVESTIGADO(S): Município de Balneário Pinhal. LOCAL DO FATO: Tramandaí.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01912.000.202/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Três Passos. PROMOTOR DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bruno Bonamente. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Três Passos. OBJETO: Apurar dano ambiental decorrente do rompimento de barragem de açudes construídos em desacordo com licenciamento ambiental. INVESTIGADO: Armino David Heinle. LOCAL DO FATO: Bom Progresso.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00924.00054/2014. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luis Augusto Gonçalves Costa. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria. OBJETO: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental consistente no corte de 86 (oitenta e seis) árvores nativas folhosas, perfazendo um volume de 23,22m³ (vinte e três vírgula vinte e dois metros cúbicos) e no anelamento de 70 (setenta) pinheiros da espécie Araucária Angustifólia, perfazendo um volume de 52,01m³ (cinquenta e dois vírgula zero metros cúbicos), tudo fora de área de preservação permanente e sem autorização dos órgãos ambientais competentes, fato constatado no dia 22/04/2014, em propriedade sob a responsabilidade do investigado, localizada na Estrada Campestre da Serra a Ipê, nº 3655, no Município de Campestre da Serra/RS (conforme Boletim de Ocorrência BM/RS n.º 3548630). II – INVESTIGADOS: Espólio de PEDRO RUBEN RICARDO DA SILVA e os sucessores: DARCI REIS DA SILVA, DIOROCI REIS DA SILVA, FRANCISCO REIS DA SILVA e SERGIO REIS DA SILVA. LOCAL DO FATO: Campestre da Serra/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00930.00085/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Anelise Grehs Stifelman. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão. OBJETO: Dano ou risco ambiental decorrente da ausência de licenciamento ambiental na construção de um aeroclube, situado entre as paradas 92 e 93, bairro Morro Grande, em Viamão/RS. INVESTIGADO(S): Ainda Não Identificado. LOCAL DO FATO: Viamão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 01654.000.166/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: Apurar eventual crime ambiental decorrente de perfuração de poço artesiano. INVESTIGADO(S): Orioli David Chamorra. LOCAL DO FATO: Igrejinha, RS.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00933.00014/2015. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Igrejinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Brenusa Marquardt Corleta. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igrejinha. OBJETO: Apurar possível crime ambiental decorrente de intervenção em área de preservação permanente, sem as devidas licenças ambientais e implantação de loteamento. INVESTIGADOS: RENATO ELLWANGER, E TROMBINI PROJETOS E EXECUÇÃO EIRELI. LOCAL: IGREJINHA/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01730.000.079/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Campina das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Rodrigo Alberto Wolf Piton. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Campina das Missões. OBJETO: apurar corte e destruição de floresta nativa em área de mil metros quadrados, fora de Área de Preservação Permanente (APP), e abertura de valas junto a um olho d'água, para drenagem, na Linha Butiá Norte, interior de Campina das Missões/RS. INVESTIGADO(S): Celestino Valdir Ramme. LOCAL DO FATO: Linha Butiá Norte, interior de Campina das Missões/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 02383.000.275/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Matheus Generali Cargnin. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões. OBJETO: degradação de vegetação nativa herbácea típica do bioma Pampa, fins de cultivo agrícola, atingindo área de 27 (vinte e sete) hectares, sendo 0,25 hectares em APP, sem prévio licenciamento ambiental. INVESTIGADO(S): Oberte Marmitt Luft. LOCAL DO FATO: Linha São José, interior de Santo Antônio das Missões/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01906.000.275/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Teutônia. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Jair João Franz. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Teutônia. OBJETO: RECLAMAÇÃO A RESPEITO DA POLUIÇÃO SONORA DO ESTABELECIMENTO TABERNA MUSIC BAR, LOCALIZADO NO BAIRRO TEUTÔNIA. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de setembro de 2017.

www.mprs.mp.br

Edição N.º 2230

FATO: RS 128 (Via Lácte), Km 87,6, esquina com a Rua Décio Bohmer, Bairro Teutônia, em Teutônia/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01175.00066/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carmem Lucia Garcia. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. OBJETO: Apurar a comercialização de lotes em área de APP no Loteamento Bela Vista e a necessidade de medidas de contenção para evitar a erosão do Arroio Passo da Cria, junto à Rua Palmas. INVESTIGADOS(S): Município de Montenegro e Transcontinental Empreendimentos Imobiliários Ltda. LOCAL DO FATO: Montenegro.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01175.00046/2013. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Carmem Lucia Garcia. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro. OBJETO: Assunto: Apurar a responsabilidade cível decorrente do rompimento de açude no Bairro Cinco de Maio, causando prejuízo a diversas famílias. INVESTIGADO(S): Florestal Participações Ltda. LOCAL DO FATO: Montenegro.

ADITAMENTO A PORTARIA. TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 01234.00015/2015. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Francisco Saldanha Lauenstein. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento. OBJETO: averiguar depósito de lixo a céu aberto em área de responsabilidade da Sra. Ana Clara Toledo, situada na Rua Barão do Ibirapuitã nº 1155, nesta Cidade, conforme denúncia da Sra. Magda Regina Fialho de Azevedo. INVESTIGADO(S): Magda Regina Fialho de Azevedo. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N.º DO PROCEDIMENTO: 00853.00043/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Érico Rezende Russo. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande. OBJETO: investigar o estado de deterioração do prédio de importância histórica e interesse cultural conhecido como "antiga Villa Sequeira", na Praia do Cassino, bem como as formas de recuperação do mesmo. INVESTIGADOS(S): Município de Rio Grande e Ponto Cultural Artestação. LOCAL DO FATO: Rio Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N.º DO PROCEDIMENTO: 00814.00072/2017. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Sandro de Souza Ferreira. CLASSIFICAÇÃO: 1º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo. OBJETO: Apurar a possível emissão excessiva de ruídos pelo estabelecimento denominado "Confraria do Lanche Pub Bar" situado na Rua Joaquim Pedro Soares, n.º 1622, em Novo Hamburgo. Local: Rua Joaquim Pedro Soares,

n.º 1622, Novo Hamburgo. Investigado: Confraria do Lanche Pub Bar. LOCAL DO FATO: Novo Hamburgo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 25 de Setembro de 2017.

DANIEL MARTINI,

Coordenador do CAO de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.